



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

### **O CONTEXTO HISTÓRICO DO CABULA: BASE DIALÉTICA PARA A COMPREENSÃO DO PROJETO TBC**

Alfredo Eurico Rodrigues Matta  
Francisca de Paula Santos da Silva  
Antônio Amorim

#### **Introdução**

Nesse estudo vamos apresentar o contexto do que denominamos por antigo Quilombo Cabula. O antigo Quilombo Cabula estava localizado em uma área do chamado Miolo da cidade de Salvador, atualmente ocupada por 17 bairros da cidade, a saber: Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia e Sussuarana. A cidade cresceu e o antigo quilombo hoje está presente como contexto histórico direto destes 17 bairros (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Antes, porém, de aprofundar o estudo proposto, faz-se necessário definirmos melhor o que chamamos de Contexto Histórico e suas bases epistemológicas. Sem dúvida, esta compreensão se dá a partir de definições sobre a História, e sobre como vamos abordá-la.

#### **Entender o conceito e o fazer do contexto histórico**

A compreensão de como consideramos e desenvolvemos um contexto histórico, um dos fundamentos de nossas pesquisas, começa no estudo do século XIX, sobre como Karl Marx se utilizava da História. Esta forma de utilização é o princípio precursor de nossa abordagem, já que é a emergência da abordagem materialista-dialética da história, que nos norteia.

Marx foi desenvolvendo sua concepção de História gradativamente. Segundo compreendemos, A Ideologia Alemã (MARX, ENGELS, 2019), e a Miséria da Filosofia (MARX, 2017), do final da década de 1840, já apresentam a leitura e utilização do conhecimento em História, do qual herdamos a abordagem. A proposta vai sendo aprimorada, e ficando cada vez mais afiada, na análise dialética do processo histórico concreto, assim como quanto à percepção da construção social da História, sempre entendida como uma dinâmica de transformação dada a partir



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

do resultado das tensões e forças sociais, que disputam a realização da História, e o avanço conjunto e compartilhado do processo social. Parece-nos importantes marcos de avanço, O 18 de Brumário, de Luís Bonaparte (MARX, 2011), e Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia (MARX, 2020). No Grundrisse (MARX, 2011), Marx atinge o amadurecimento do uso da História como fundamento de argumento. Está inerente na proposta de percepção da História, resultante das tensões sociais, ter compreensão histórica de uma dada questão ou problematização, refletindo sobre as contradições presentes para que se possa proceder uma análise, o mais concreta possível, desta questão ou problematização.

Daí a ideia de contexto histórico: uma análise da História realizada a partir da interpretação dialética do analista, e em função da análise da problematização em questão. Em outras palavras, embora com todo rigor investigativo e de referências, o que Marx constrói jamais é uma proposta de imposição de verdades históricas, e de cunho autoritário como muitos, baseados nos manuais stalinistas, poderiam supor. Ele constrói a proposta de interpretação que utiliza para elaborar uma versão daquilo que estuda, para a partir desta, engajar-se na construção da compreensão dialética que advenha do diálogo com outros interlocutores. Se há outros sujeitos interessados, mediados pelo interesse nas mesmas questões capazes de agregar compreensão, interpretação e elaboração engajada e coletiva ampliada sobre aquilo que Marx apresenta, o contexto que será o catalizador da construção e/ou validação das propostas ampliadas e coletivas, já engajando seus interlocutores. Interpretamos que isto inclui os opositores, os discordantes, sempre parte do diálogo e da compreensão.

O propósito do contexto histórico marxista é, portanto, muito mais trazer as bases da compreensão dos processos sociais presentes em suas questões de investigação, que apresentar narrativas e fatos sequenciados cronologicamente ou narrados em algum tipo de historicismo. Advém de concordar que a História é muito mais incisiva e útil para a compreensão dos processos sociais, quando tratada desta forma, fez-nos adotar esta perspectiva historiográfica basilar, para o entendimento de nossas pesquisas.

Devemos ainda acrescentar que o economicismo atribuído a Marx, parece-nos infundado. Claro que ele estuda Economia, seus estudos posteriores a 1857 são todos focados nesta área, ou



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

mais precisamente em economia-política, ele estuda o Capitalismo, afinal (WIKIPEDIA, lista de obras de Karl Marx, 2020). Mas, a identificação deste foco de interesse não é prova de economicismo. Para isto seu método necessitaria ser economicista. Mas não parece ser: o foco do método é a produção da existência humana – Marx utiliza o método materialista-dialético para analisar e compreender a produção e o modo de produção da existência humana, o que implica em reconhecer todo o complexo desta existência. Os estudos de Marx tiveram como foco, questões de economia-política, e procedem investigando a produção da existência articulada a partir daquela perspectiva. É notório, porém, que considere toda a complexidade da produção da existência humana, a Economia, é claro, mas também outras dimensões desta produção, como a religião, a cultura etc. Isto pode ser verificado nas obras já citadas, e também na sua mais conhecida, O Capital (MARX, 2001, 2014, 2017).

A complexidade da práxis, totalidade de ação reprodutiva social humana, ao produzir e reproduzir sua existência, fica ainda mais clara em Gramsci. Já em 1928, Gramsci apresentava a produção da cultura, da reprodução da vida, a construção do engajamento político e da emancipação social, como articuladas e inerentes à produção da existência (GRAMSCI, 1928).

Em estudos posteriores, Gramsci encontra o que pensamos ser um corolário do pensamento marxista. Se o estudo das questões passa pela construção da concepção de desenvolvimento histórico daquela questão, por aquele que analisa, e se uma análise conjunta e coletiva, só é possível ao compartilhar interpretações históricas, buscando compreendê-la mais amplamente, e de forma a ser validada e reconhecida por um coletivo, como pensava Marx, podemos concluir que a expansão desta visão crítica ao conjunto de sujeitos cada vez mais amplos, só é possível se reconhecermos que todo ser humano é filósofo de si mesmo. Ser capaz de refletir e explicar a própria existência é uma necessidade humana, e uma tarefa de todos nós em nossas vidas (GRAMSCI, 1999). Daí, Gramsci segue e elabora o conceito de intelectual orgânico, pelo qual se entende o sujeito que reflete sobre sua existência e vida, necessariamente fazê-lo em conjunto com aqueles que partilham do mesmo processo social (GRAMSCI, 1982). Alguém que deseje, portanto, participar e partilhar de uma *práxis* social, e de suas questões, necessitará estar elaborando de forma compartilhada suas concepções e explicações da existência. Desta forma, legitimar-se como interlocutor e parte de uma



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

comunidade, passa por produzir uma compreensão sobre uma dada questão social e explicação da existência, de forma a poder compartilhá-la e desenvolver dialogicamente resultantes coletivos e de caráter colaborativo, com aqueles que se pensa ser coparticipes de um processo histórico.

Thompson, em seu livro *A Miséria da Teoria* (THOMPSON, 1981), esclarece ainda mais toda essa questão. Ele compreende ser a metodologia do Materialismo Histórico-Dialético uma epistemologia de investigação histórica preocupada com a totalidade societária. Acaba por concordar com Marx, que afirma “tudo é História” (MARX, 2007), já que o processo social humano advém desta construção totalizante. Thompson admira a obstinação da abordagem por tentar articular uma totalidade conceitual. A construção do conhecimento histórico dependeria, da referência à fenômenos engendrados pelas complexas e contraditórias relações que os seres humanos são obrigados a travar entre si, e com o ambiente, em um processo construtivo que busca garantir a continuidade de sua existência material e espiritual.

A complexidade, no entanto, torna impossível fechar a almejada totalidade, que desta forma sempre estará como um horizonte. O investigador sempre estará em busca, busca esta que todos os historiadores, que assim pensem, prosseguirão numa construção contínua, que objetive encontrar, cada vez melhor, uma compreensão da totalidade do processo humano, mesmo que já sabendo que jamais irá alcançá-la. O historiador deverá sempre fazer a sua melhor suposição de explicação, sobre a construção histórica de dada questão em investigação, buscando atingir um entendimento da concreta realização de tal questão social em estudo. As determinações históricas concretas necessitam sofrer um processo ininterrupto de questionamento, e jamais nos darão um conhecimento histórico acabado. A História não pode ser determinada por um conjunto de leis ou teorias, e sim é advinda de relações plurais, complexas e contraditórias, em meio às interações existentes, engendradas durante o processo histórico. O fundamental é a problematização. Thompson afirma que o desenvolvimento do conhecimento histórico se dá tanto na teoria, como na prática. Surge do diálogo entre teoria e prática, e na construção dialética da lógica histórica do momento. A lógica histórica se desenvolve quando está fundamentada em provas: uma relação dialética entre conceitos, evidências e hipóteses, de um lado, e do confronto empírico, de outro, que confirmem ou não as interpretações. O que se deseja provar, porém, não é uma realidade petrificada



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

e acabada, e sim, um conhecimento em desenvolvimento, sempre provisório, dinâmico, considerando silêncios, impurezas, uma concretude, percebida e interpretada pelo conjunto dos interessados e mediados pelo contexto construído colaborativamente.

Segundo o nosso entendimento, aí está a base do que chamamos de Contexto Histórico. A necessidade contínua de investigar o fenômeno social e seu processo, no que há de concreto em termos de relações sociais e nas possibilidades de sua compreensão dos envolvidos. Ao fazer um contexto histórico, o investigador elabora sua questão e problematização. Busca construir o melhor conhecimento possível sobre a concretude de produção da existência de cada fenômeno social, em seu foco. Procura elaborar uma compreensão defensável do fenômeno estudado, sendo rigoroso e exigente na elaboração das evidências daquilo que defendem.

Feito isso, ele se encontra munido de uma concepção capaz de ser compartilhada, que agora pode entrar em novos questionamentos e avaliações, na medida do compartilhamento do que pensa com outras problemáticas e incompreensões, sempre existentes. Mas principalmente, ao compartilhar com outros sujeitos pertencentes à comunidade de participantes e implicados no processo social que deseja investigar. Desta forma, o conhecimento passa a ser dinâmico e de construção contínua, não sendo mais para um sujeito individual, mas para toda uma comunidade implicada no estudo. Ao ser uma reflexão coletiva e de vários sujeitos, torna-se concreto. É uma associação da perspectiva de Marx-Thompson, com a ideia de organicidade social de Gramsci.

A essa perspectiva, somamos duas concepções contemporâneas da História, igualmente dialéticas. A primeira delas é derivada das análises de Vigotsky (2009) sobre o sócio construtivismo. Nesta perspectiva, Martineau (1999), apresenta a História, ou melhor, um certo pensar histórico, como sendo uma habilidade inerente a todo ser humano. Ou seja, pensar historicamente será uma habilidade mesmo, de cada ser humano. Significa dizer que construir um contexto de interpretação da construção da História sobre uma dada problemática, tornando-o mediador de diálogo sobre tal problematização, com outros sujeitos, é reconhecer e utilizar o pensar histórico pertencente aos implicados, e aceitar a construção coletiva do contexto como um trabalho do sujeito coletivo da participação comunitária.



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

A segunda concepção, ao nosso ver está bem articulada com as novas linguagens da História (MATTA, 2014), são as redes sociais e os diálogos plurais que a História de produção acadêmica hoje realiza, tendo o auxílio da História popular. São ações efetivadas pelos sujeitos implicados de várias formas nos processos, a chamada História Pública (FAGUNDES, 2017). Trata-se de uma modalidade de autoria compartilhada da interpretação da História, que considera os aportes da pesquisa acadêmica, mas também realiza o diálogo com as comunidades e com os sujeitos concretos, que interpretam a história. É impressionante como as tecnologias digitais favorecem, pelo que entendemos, a abordagem gramsciana da História. Assim como, a consolidação da perspectiva dialética, já que considera como de grande valor e de reconhecimento colaborativo, a construção participativa da interpretação histórica.

Toda essa abordagem reforça a ideia de construção de contextos históricos, que sejam concebidos como ponto de partida das interpretações e das construções práticas, elemento da validação de interlocução e mediação comunitário, e campo de construção coletiva da reprodução da existência. Ponto de partida de nossas pesquisas aplicadas.

Como vimos na interpretação pessoal, o contexto deve ser referenciado e sistematizado, com todo o rigor, na melhor forma de texto científico. Será, então, a proposta de um sujeito singular e de sua reflexão subjetiva, para explicar um dado problema ou questão que implica, e por compartilhamento medeia, a existência de muitos outros sujeitos. O contexto produzido por um sujeito singular será a chave de seu ingresso numa comunidade implicada naquilo que contextualizou, e do diálogo proveniente da mediação proposta que irá surgir: o contexto coletivamente validado. Deve ser ainda, a História Pública resultante de um coletivo atento e engajado no estudo da questão mediadora.

Nossos projetos utilizam o conceito de comunidade de práxis. Uma comunidade de práxis é constituída por um coletivo de sujeitos singulares, sendo ela própria um sujeito coletivo, que se reúne por engajamento na realização de alguma prática, projeto, ação, a realização da prática de uma instituição, ou que ainda compartilham algum movimento social. São comunidades que têm em comum, um contexto e que podem oferecer uma variedade de resultados e de práticas de vida, nas



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

quais todos os participantes estão implicados, contribuindo, produzindo sentido, realizando vida (MATTA, 2012; BARAB, KLING, GRAY, 2004).

Então é isso que fazemos. Trabalhamos com foco em uma problematização que pertence a muitos sujeitos. Quando trabalhamos, cada um de nós elabora sua própria interpretação do contexto problematizado, o que nos prepara para compartilhar interpretações e análises, que sejam mediadas pela problematização que nos medeia. Ao fazer isto, transformamos-nos em uma comunidade de práxis. Compartilhamos discussões, projetos de solução, práticas e desenvolvemos soluções. A preocupação é a de criar a autoria coletiva, o trabalho engajado e compartilhado. Obter o resultado prático defensável e, coletivamente aceito, ainda que sempre inacabado, sempre desejoso da próxima rodada de análise e de reflexões, e da nova versão de práxis encontrada.

Desde 2011, essas soluções encontraram uma abordagem metodológica muito efetiva para a gestão do engajamento coletivo de todos os implicados nas propostas de solução comunitária, a Pesquisa-Aplicação (PLOMP, NIEVEEN, NONATO, MATTA, 2018). A Pesquisa-Aplicação é a metodologia que efetiva o diálogo entre a comunidade implicada, seu contexto inerente, e o contexto elaborado e apresentado pelos pesquisadores. O diálogo gerido pelo método valida a interação dos participantes, dá um caráter de História Pública ao resultado de contexto coletivo. Da forma explicada aqui, apresentamos a seguir, nossa construção sobre o contexto do Antigo Quilombo Cabula.

É desta forma que temos trabalhado e dado contribuição para a construção de muita pesquisa aplicada e de validação popular pelo projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula – TBC Cabula. Como vimos todo o processo de pesquisa começa com a construção do contexto. Desta forma, apresentamos a seguir, o Contexto Histórico do Cabula e seu entorno. Conforme explicado aqui, uma interpretação construída com todo cuidado científico, preocupado em apresentar o entendimento destes pesquisadores sobre o Miolo de Salvador, e seu processo de formação histórica, destacando como resultado o perfil de ocupação sociocultural do bairro. Note o leitor que ao elaborarmos este perfil de ocupação sociocultural do Miolo de Salvador, do Cabula e do seu entorno, o construímos como aporte mediador para o diálogo e a construção coletiva com todos os implicados, que se sintam motivados a colaborar e a participar conosco de uma comunidade de



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES**

### **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

práxis voltada para construir soluções de pesquisa-extensão-ensino, colaborativas, para esta região de Salvador.

#### **Contexto histórico do antigo quilombo Cabula: proposta de diálogo**

O Quilombo Cabula foi construído como parte de um contexto mais abrangente: Salvador. De fato, consideramos que todos os bairros e as regiões de Salvador, mesmo as cidades e localidades do Recôncavo, e certamente regiões mais distantes, parecem-nos ter sua ocupação e formação humana dinamizadas pela cidade de Salvador e seu crescimento.

O primeiro passo para compreensão no presente, do antigo Quilombo Cabula passa por compreender que herança foi ali construída. A cidade de Salvador cresceu, desde o mais tenro início, de fato pensamos mesmo antes de ser fundada, com uma importância cosmopolita. Segundo interpretamos, existem três principais fatores para esta importância (MATTA, 2013).

Em primeiro lugar, devemos destacar a localização privilegiada da cidade e a situação de grande porto. A navegação à vela, única forma de desenvolvimento do emergente movimento comercial, desde o século XIV, até o século XIX, fazia com que o regime de ventos e as correntes marinhas do Atlântico Sul fizessem convergir para Salvador, mais do que qualquer outra cidade brasileira, a navegação atlântica. Salvador se tornou, desde muito cedo, o centro da navegação, parada praticamente obrigatória da maioria dos navios que desejava passar pelo Atlântico Sul, para qualquer parte do mundo.

Um segundo fator, pensamos que seja decorrente do primeiro, Salvador se tornou capital da colônia. Ao tornar-se capital, sede de governo e vasta força militar, de aparato burocrático, a cidade fortaleceu ainda mais sua capacidade de influenciar seu entorno, somando à força local de um porto internacional e interoceânico, a capacidade de gestão e governança de toda a colônia, certamente do Recôncavo e do entorno da capital.

Finalmente, na medida de sua importância internacional e de governo local, a cidade foi atraindo populações de migrantes, colonos voluntários, ou degredados, ou outros trazidos pelo horror e crueldade do escravismo. Reunia também as desestruturadas populações locais indígenas, que aos poucos perdiam suas formas ancestrais de reprodução da existência, e viam na nova cidade uma chance de prosseguir suas vidas. A cidade cresceu rapidamente, e sua dimensão avantajada



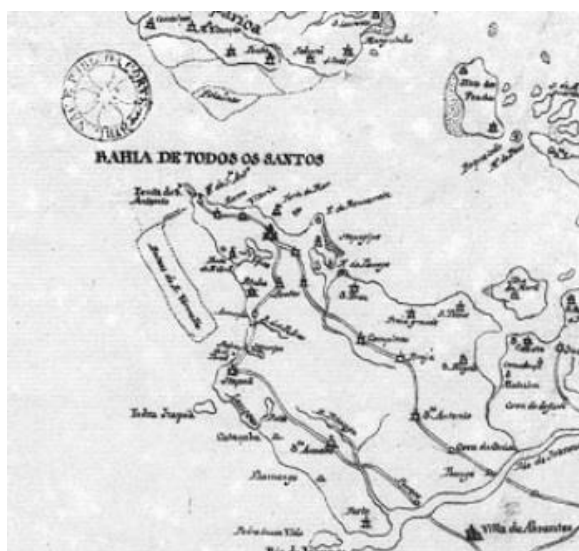


## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

para a época, representava outro fator de convergência das populações e da vida do entorno, incluindo aí o desenvolvimento dos futuros bairros da cidade, como o Cabula.

Essa importância da cidade, destacando para o nosso caso, a sua influência na organização do entorno, que estava ligada de forma fundamental ao fato de ser porto e capital da colônia, estando irremediavelmente ligada a ser um centro do tráfico de escravos, um local de articulação dos negociantes da diáspora e, certamente, um dos principais destinos do terrível tráfico humano daquele tempo. A cidade era centro de colonização, de expropriação, de reestruturação da propriedade e uso dos recursos, e tudo isto realizado pela brutalidade da organização do trabalho escravo, base da conquista e construção da cidade.

Figura 1 - Mapa da Comarca da Baía, 1807



Fonte: Mostra a estrada que cortava o Cabula e seguia para Itapuã e litoral norte. Mostra Estada da Boiadas (HAVRE, 2019).

Considerando esse contexto geral de Salvador e de seu Recôncavo naqueles tempos, como teria se dado a integração do Cabula? Os colonizadores portugueses, os proprietários de terras destinadas à produção, ocuparam logo as terras que tinham fácil acesso ao porto e à todas as suas ligações (TAVARES, 2001). Também acesso fácil para a utilização econômica, era de mais fácil defesa e policiamento. O interior da península na qual se encontra Salvador, era de difícil acesso,



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

entrecortado de vales lodosos, matas frondosas, morros e colinas que não seriam de fácil cultivo e produção. O Cabula e seu entorno ficaram relativamente pouco ocupados por muito tempo, séculos, exceto por ser uma região onde se tomava caminho para a Casa da Torre e o litoral norte da Bahia, como mostra a Figura 1, acima. Nas baixadas, base dos morros do Cabula, esgueirava-se a estrada das boiadas, que seguia da capital para o interior (TEIXEIRA, 1998).

Era, portanto, uma região pouco povoada, por onde trafegava quem viajava de Salvador para Itapuã, para a Boca do Rio, para Santo Amaro de Ipitanga, ou para a Casa da Torre.

O mapa citado na Figura 1 e outros do século XIX, sugerem até mesmo que os traçados das antigas estradas ainda são os mesmos que temos nas principais ruas atuais do bairro: a Estrada das Barreiras, a Rua Thomás Gonzaga. Além disto, os primeiros arraiais que surgiram no Cabula estão relacionados com a segregação sócio espacial da cidade. Os senhores, os proprietários abastados ligados à colonização e ao comércio atlântico, preteriram aquela área de difícil acesso. Foram pessoas oriundas dos povos subjugados, primeiro os índios, depois negros, muitos libertos, provavelmente africanos, que construíram no local uma vivência autônoma e alternativa, daquela que surgiu ao redor do porto e da colonização formal (NASCIMENTO, 1989). Era, desde o início, uma vivência marcada pela resistência ao modelo colonizador.

Pensamos ser provável que, desde o início, houvesse ocupação indígena no que hoje chamamos Cabula. Paraíso (2004) afirma que, eram 5 aldeias entre o Cabula e Brotas. Mesmo sabendo que os governos gerais deram combate aos índios, pensamos ser aceitável que alguns indígenas e seus descendentes continuaram ocupando a região, o que os transformariam na base mais antiga de ocupação da região. Se a suposição da permanência de índios estiver correta, certamente eram eles grupos que resistiam à ordem dos colonizadores.

Temos também a informação que ainda em 1822, na época das lutas pela Independência da Bahia, havia índios tupinambás consorciados com negros da região do Cabula, especialmente no Bate Folha, onde inclusive houve parte da batalha de Pirajá (MESQUITA, MATTA, 2016).

Entendemos que o nome Cabula já é indício da ocupação que vingou na área. Há quem defenda ser do Quikongo, língua banto, sendo um ritmo religioso, o Kabula. Outros, que o Kimbula,



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES**

### **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

acabou se transformando em Cabula: toque ritual para Obaluaê e Besseim, em Angola. Outros falam que se trata do nome de um ritual congo-angola (MARTINS, 2017).

Os cultos bantos acabaram sendo adaptados para agregar os elementos de catolicismo, influência que vinha do centro de Salvador, e de elementos indígenas, ou de caboclo, que afinal já estavam na região antes dos africanos. A terminologia cabula sugere ter sido de origem Banto a maior parte destes primeiros habitantes dos arraiais do Cabula (MARTINS, 2017).

Os primeiros africanos que chegaram à Bahia foram da Guiné. Mas eram poucos. A partir da segunda metade do século XVI vários fatores transformaram Angola no principal fornecedor de escravizados para a América (MATTA, 2013).

Na medida em que a colonização exigia e capturava escravizados para seus projetos de dominação e enriquecimento, produziam os resistentes e não submissos; àqueles que questionavam sua situação de subalternos. O Cabula com suas matas densas e águas, foi se tornando abrigo para quem fugia da opressão, ou para simplesmente quem buscava uma vida com mais possibilidade do que servir sem qualquer direito, ao senhor opressor e desumano. Gentes de origem nigeriana, em particular Yoruba, foi sendo acrescida à esta comunidade mais tarde, principalmente a partir de meados do século XVIII. O Cabula foi se tornando um território de resistência negra africana, mas sobretudo expressando diversidade étnica, religiosa, social e geográfica, entre outras, contra a Salvador (MARTINS, 2017).

Até o século XIX, a ocupação do poder da sociedade colonizadora se reduzia às duas estradas já citadas. Ligações estas, importantes, por ligarem a região à Itapuã, à Boca do Rio, evidenciado ligações antigas das populações do Cabula com àquelas tradicionais da atual orla de Salvador e do litoral norte. Havia também desde cedo, o registro da doação da área feito por Tomé de Souza para D. Antônio de Atayde, primeiro Conde de Castanheira. Por herança passaram posteriormente a pertencer à D. Eugênia Maria Josefa Xavier Telles Castro da Gama Ataíde Noronha Silveira e Souza, VII Marquesa de Niza (VASCONCELOS, 2002). A marquesa não deu atenção àquelas terras, na prática teria, segundo interpretamos, até reforçado a situação de menor presença da ordem colonial e da vigilância ali (MARTINS, 2017).



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Capelas católicas presentes na região indicam a proximidade de povoados, habitações e arraiais. Era o catolicismo atuando para deixar o legado cristão católico. Era a outra marca da sociedade colonial: sua igreja. Mas a região tinha toda a feição de não ser muito visitada por pessoas das classes dominantes. Se havia ali algum branco, seria um pequeno agricultor pobre.

Na Bahia colonial, o termo mocambo, mais tarde quilombo, designava ajuntamentos que continham negros fugidos. Eram arraiais com moradias de libertos, de desertores militares, indígenas e até de brancos pobres que acolheram negros fugidos.

Enquanto Salvador e seu porto cresciam e exerciam seu caminho de exploração humana, sua parte nas relações globais de poder e dominação, populações diversificadas, negros fugidos da escravidão, libertos africanos, negros nascidos no Brasil, indígenas, se acoitavam nos quilombos. A fuga, ou simplesmente a vida no quilombo rompia a estrutura senhorial e incomodava. Não se escapa somente da escravidão, ou do trabalho imposto e sem sentido, há uma alternativa de meio de vida, de produção da existência, de culto e de exercício estético, um reencontro com o enraizamento perdido na condição de cativo. Claro que uma existência cheia de contradições, de medos, e de perigos.

Comunidade e ocupações, de forma alternativa, já se desenvolviam na região do Cabula há muito tempo. Supomos que desde o século XVI, mesmo. Porém, o ponto mais representativo deste contexto quilombola, dá-se no final do século XVIII, início do XIX (MARTINS, 2017).

É de 1788 a nomeação de Severino da Silva Lessa, para o cargo de Capitão de Entradas e Assaltos do Distrito do Cabula e demais freguesias como Pilar e Santo António, o que inclui Pirajá e Brotas, pelo Governador (AHU. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788). Há explícita alusão ao combate de assaltos cometidos por negros foragidos. Há indícios de que nas últimas 2 ou 3 décadas do século XVIII, os quilombolas do Cabula já estavam muito ativos, a ponto de justificar designação para o combate da situação. Esta nomeação foi seguida por outra, a do Sr. Innocencio de Campos, para Sargento Mor de Entradas e Assaltos do Distrito do Cabula (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790).

Concordamos com Martins (2017), quando interpreta que o local escolhido para os arraiais do chamado Quilombo Cabula, mesmo oculto pelas matas, estava próximo das estradas que tinham



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

um dinamismo importante para trânsito de pessoas e abastecimento da cidade. Não era um Quilombo isolado, pois havia uma certa integração à cidade, não tão distante.

Ela também mostra como, já no século XIX, precisamente em 1807, o Capitão reuniu 88 combatentes bem armados, tropa importante para a época, e deu combate aos quilombolas. De fato, antes de 1807, não se havia utilizado de tropas regulares para dar combate a quilombos da Bahia. Este grupo era, portanto, especial – provavelmente como era considerado o quilombo.

Martins (2017), também diz que a comunidade vivia e se organizava entorno de pequenas roças. Por outro lado, os documentos identificam a realização de festas, nas quais se viam “danças, vestuários caprichosos”, muita comida, momentos de bênçãos e orações, que faziam parte da vida local e atraía visitantes. Uma descrição que nos remete à existência de cultos já similares aos atuais candomblés (AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807). Nicácia da França, era a Sacerdotisa do quilombo (REIS, 2003).

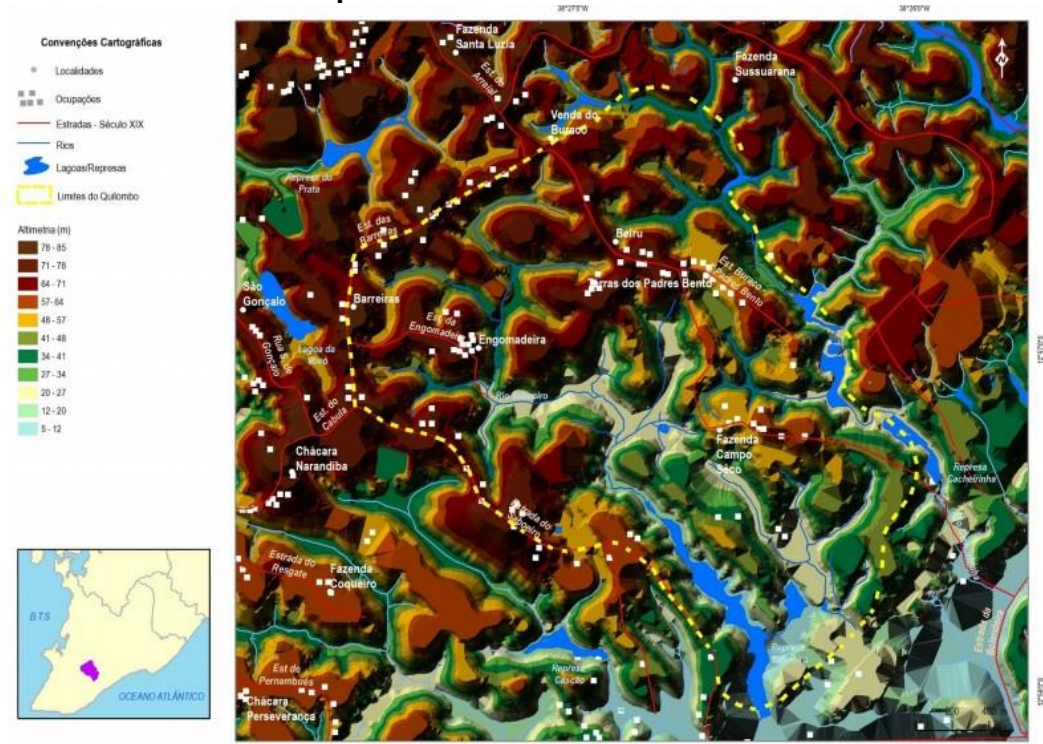
O quilombo derrotado e seus habitantes foram facilmente taxados de “vadios, supersticiosos, roubadores, criminosos, adoentados”, o que facilitou a comunicação com outros ajuntamentos (AHU. Conselho Ultramarino -Brasil-Bahia-. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807). Guardadas as diferenças de época, podemos perceber a perseguição à negritude, ao afro-brasileiro, àqueles que incomodavam por resistir e não ceder à subordinação e subalternização.

Um importante resultado da Tese de Luciana Martins (2017), segundo pensamos, é a localização dos arraiais que eram o centro do Quilombo Cabula. A pesquisa de Martins identificou que o atual fim de linha da Engomadeira, assim como uma área aproximadamente coincidente com o largo do atual Beiru, tinha concentração de casas do antigo Quilombo Cabula. Esta revelação é importante por identificar que o ponto original de urbanização de todo o Cabula atual era a comunidade quilombola. Interpretamos que isto significa que a base de crescimento e ocupação dos 17 bairros atuais, que estão na área de presença e influência direta do Quilombo Cabula é seu passado quilombola e de resistência popular, afro-brasileira.

Vejam na Figura 2, a seguir, o traçado da descoberta da pesquisa de Luciana Martins (2017):  
Figura 2 – Delimitação do Quilombo do Cabula



## X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas e pela autora, com base em cartográfica de 1940, provavelmente elaborado pelo Exército (MARTINS, 2017).

Nesse ponto identificamos os primeiros três aspectos que sugerimos como parte do contexto histórico do Cabula. Ou seja, elementos que analisamos, oriundos das tensões do passado, mas que continuam no presente, participando das tensões atuais, muito embora trazendo elementos das que as originam. A saber:

1] O Cabula foi ocupado basicamente por populações que resistiam à submissão e opressão trazida pela sociedade colonial formal de origem portuguesa, e que a partir do centro de Salvador exerciam dominação. O Cabula era, portanto, foco de resistência;

2] Essa ocupação resistente era sobretudo africana, ou afro-brasileira, e realizava uma clara resistência ao modo de vida dos colonizadores, resistindo à escravidão, a forma de viver, e promovendo a própria cultura e formas alternativas de existência; e

3] As comunidades do Cabula e entorno, são sucessoras dos antigos quilombos.



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Segundo interpretamos essa é a base do contexto histórico da formação do Cabula, que vai produzir as características mais antigas da população do bairro, descendente dos arraiais.

### **Contexto histórico do antigo quilombo Cabula: contemporaneidade**

A pesquisa doutoral de Martins (2017), continua revelando mais aspectos que pensamos cruciais para entender o contexto do Cabula. Após o ataque e desmantelamento do Quilombo, as autoridades se esforçaram para ocupar a área com proprietários e moradores capazes de conter novos quilombos que pudessem reaparecer ali. De imediato já fica a informação de que a região permanecia com o mesmo tipo de ocupante e aproveitamento, caso contrário que necessidade teria o poder estabelecido de preocupar-se com novos proprietários e moradores?

João Reis (2003), identifica que em 1816 um proprietário, cabo de polícia, adverte às autoridades que um negro havia assediado seu escravo. O mesmo autor, identifica que em 1823, os quilombolas da Mata Escura atacaram forças brasileiras, o que fez o General Pedro Labatut promover açoite e execuções no local. Isto em plena guerra pela independência. Em 1926, foi a vez de desbaratar o Quilombo do Urubu, que em parte estava no Cabula, e continuava cultuando o candomblé.

Certo é que apesar dos cuidados e da repressão violenta, a região continuou a dar acolhimento aos foragidos da escravidão, prática de negros forros que permaneciam na localidade, como por exemplo a tradição oral, não documentada, do negro GBeiru, que em 1845 teria recebido uma parcela de terra do seu senhor Hélio Silva Garcia, dono da fazenda Campo Seco, conhecida como "Capoeirão", passando aí a esconder negros fugidos. Também em 1855 foi elucidado um candomblé no Resgate, onde eram praticados batuques (MARTINS, 2017).

Em 1839, os herdeiros de Niza venderam as terras do Cabula para o Capitão Tomás da Silva Paranhos. Durante o século XIX, o comprador foi loteando e revendendo porções daquelas terras (TEIXEIRA, 1978). Neste processo de loteamento e novas propriedades foram surgindo as plantações de laranja. Laranjas de umbigo, que ficarão famosas no futuro. Na segunda metade do século XIX, as plantações de laranja, de verduras e de outras frutas, abasteciam a cidade, normalmente vendidas por negros em burricos carregados (CARVALHO, 1997).



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Parece-nos que o acréscimo de proprietários e de fazendas, não mudou substancialmente o perfil e caráter de comunidade de resistência das populações da região. Os fazendeiros, embora, parecessem ter procurado exercer, uma prática de olheiro, acabaram se tornando vizinhos ou patrões, senhores destas populações que não deixaram de ter suas práticas populares de base africana, e de exercerem uma ocupação de espaço diferenciada e alternativa. No século XIX, há evidências que gentes Gegê-nagô, populações oriundas da atual Nigéria, tornaram-se mais comuns no Cabula. Acabaram por superar a população de origem banto (MATTA, 2013).

A Figura 3, a seguir, produzida por Mascarenhas et al (2019), na qual está a divisão que se sucedeu ao final do combate de 1807. Uma divisão de terras que coincide com a divisão de bairros atual.

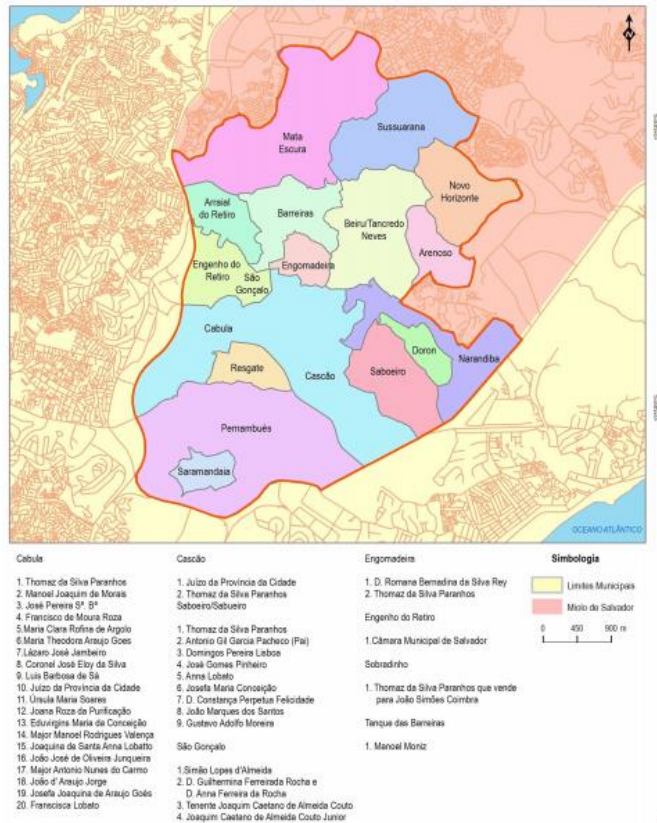
Nesse trabalho são identificadas as principais propriedades e proprietários das terras da região. Os autores concordam com o que interpretamos. Os novos proprietários e a nova exploração da área, acabou tendo o efeito de transformar a comunidade rural do Cabula, antes voltada para seu próprio sustento, em um celeiro da capital. Mas em termos de ocupação e das práticas sociais presentes, continuaram sendo os libertos, os foragidos, as comunidades presentes historicamente, ou seja, os descendentes das comunidades quilombolas, que continuaram presentes na área. Inclusive ocupando os mesmos arraiais da Engomadeira, do Beiru, da Mata Escura, do Bate Folha, de Pernambués, e outros antigos núcleos.

Figura 3 - Representação das Áreas e Respectiveiros Donos de Terra por Levantamento Documental





## X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"



Fonte: Mascarenhas et al (2019).

Até quase a metade do século XX, ou seja, até a década de 1940, essa realidade de um ambiente rural voltado para a produção de laranja de umbigo e para o abastecimento de Salvador, onde trabalhavam os ocupantes tradicionais, descendentes de quilombolas, a maioria de origem banto ou Gegê-nagô, não se alterou. Mantendo as tradições quilombolas.

É importante aqui explicarmos a influência da concepção de Bakhtin (1997, 2000), em nossa interpretação da História. Pensamos que esta influência seja incomum nas interpretações da História mais conhecidas, devido a um combate mal fundamentado, e de fato, baseado em preconceitos, que os trabalhos pautados nas abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas realizam (CRUZ, 2019; WOOD, 1996; ANDERSON, 1999; JAMESON, 2004).

A ideia de polifonia de Bakhtin que propõe cada ser humano ser uma resposta única a todos os interlocutores de seu relacionamento, em toda a sua vida, implica em concluir e reconhecer, uma



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

vez aceita, que somos, cada um de nós, várias vozes, várias respostas – somos plurais, cada um de nós seres humanos é uma complexidade de compartilhamento de resposta à nossa existência, e a partir dela à todas as outras que se relacionam a nós, desde que nascemos.

Essas respostas de nossa prática de vida incluem interações com pessoas mais velhas, que por sua vez respondem em suas práxis à vidas ainda mais antigas, que nós nem chegamos a ser contemporâneos, mas que interagiram com elas, e que através delas chegam a nós. Isto é outra forma de defender a construção do contexto histórico: como o fazemos, ao contextualizar, estamos apresentando o resultado complexo de nossa análise polifônica, advinda de nossa experiência única, e ao concluí-la, estaremos preparados para o diálogo com outros contextos, realizados por outras polifonias, para construir um contexto coletivo e mais complexo e plural.

No que se refere à história, ao se aceitar Bakhtin, reconhecemos que o contexto histórico está aqui, agora, no presente, exercendo sua influência e presença, e em diálogo e participação com as forças e tensões contemporâneas. Assim interpretando, pensamos que a presença dos ocupantes dos primeiros tempos seja uma forte presença cultural e prática de hoje.

Assim os primeiros ocupantes, índios, depois uma maioria banto e Gegê-nagô, alguns brancos pobres integrados à ocupação quilombola, um grupo ancestral, que - mesmo a batalha de 1807, e outras, ou toda perseguição colonial-escravista, depois imperial-escravista, e que permaneceu na república - não se extinguiu. O grupo permaneceu, o mesmo que construiu o contexto local afro-centrado, afro-brasileiro, e de resistência à organização hegemônica da urbe.

Nessa lógica, precisamos analisar a capacidade da comunidade local original, de manter suas práxis e tradições com o advento das transformações e a chegada de novos habitantes. Até a década de 1940, a região praticamente não alterou seu perfil de ocupação. Significa entender que desde 1807 a comunidade cresceu basicamente só por reprodução demográfica local – ou seja, a maior parte dos novos moradores seriam mesmo descendentes da comunidade quilombola original. Uma minoria seria de proprietários novos, que substituíram a Marquesa de Niza, listados na Figura 3, integrados à ordem hegemônica, que pouco influenciou na grande maioria de quilombolas, exceto integrar roças e fazendas à comunidade tradicional.



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

A estrada das boiadas, que passava embaixo dos morros do Cabula, e a estrada para Itapuã e litoral norte, que cortava o Cabula, representavam um vetor para a chegada de novos ocupantes. Mas a própria dinâmica de crescimento populacional local, que pouco representou em número de habitantes a mais, até a década de 1940, mostra que os poucos imigrantes não representaram uma alteração no perfil da população original. Isto não somente porque estes imigrantes eram minoria, mas porque trouxeram pouca alteração de cultura para a localidade.

Ou seja, somente a modernidade e sua urbanização poderia alterar o perfil dos ocupantes da localidade, o que examinaremos a seguir. Antes vamos acrescentar, aos três aspectos mencionados anteriormente, mais um ponto de contexto histórico do Cabula, que nos parece justificado pelas últimas análises: 4] Durante o século XIX e até os anos de 1940, a região ganhou o perfil de produtora agrícola, principalmente de laranja de umbigo, outras frutas, verduras e produtos agrícolas, sem, porém, alterar o perfil quilombola de sua cultura e práxis sociais.

Segundo nossas análises, a modernidade, que para nós se confunde com a chegada de uma hegemonia burguesa, e da sociedade capitalista, demorou para acontecer na Bahia. Analisamos que o capitalismo só se torna forma de reprodução hegemônica da existência na Bahia como todo na década de 1980, com o pleno funcionamento do Pólo Petroquímico de Camaçari. Claro que o processo não é homogêneo em todo o estado. Algumas regiões avançam para a modernidade mais cedo, e sem dúvida a capital, Salvador, vem desenvolvendo elementos próprios de uma sociedade capitalista desde o século XIX. Mas estes avanços não são lineares, e acontecem em processos variados e complexos de transformação societária (MATTA, 2013).

Nesse estudo, interessa perceber o impacto da chegada da modernidade em Salvador, em suas periferias, neste caso nos territórios do antigo Quilombo Cabula. Precisamos elucidar a questão da urbanização da região e seu impacto no perfil de sua população.

Para confirmar que até a década de 1940 a região continua tendo o mesmo perfil de ocupação, citamos os terreiros Tumbenci, fundado em 1850, que em 1909 passa a ser de responsabilidade da conhecida Maria Nenê (COSTA, 2017); o Ilê Axé Opó Afonjá de tradição Yoruba, em 1910 (WIKIPEDIA, 2019); o Bate Folha, de tradição banto-congo, em 1916 (WIKIPEDIA, Ilê..., 2020); dentre tantos outros, confirmando a permanência ancestral quilombola.



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Dois vetores vão urbanizar a região a partir dos anos de 1940. O primeiro pode ser identificado como o prosseguimento do movimento de expansão da cidade do Salvador no século XX. Ainda no século XIX, a urbanização atingiu Brotas, Baixa de Quintas, expandiu-se pela Liberdade, também a partir da antiga Rua da Vala, atual Avenida José Joaquim Seabra ou Baixa dos Sapateiros, na direção da Estrada das Boiadas, ou seja, do início da Ladeira do Cabula, que originalmente estava na atual Rua Cristiano Buys. A área rural do Cabula foi sendo cercada, e a partir dos anos de 1940, o Cabula já estava nesta rota de expansão. A chegada de instituições públicas, que levaram conjuntos residenciais, vai produzir este efeito.

O outro vetor foi a industrialização de Salvador. O surgimento, em sequência, do complexo composto pela refinaria de Petróleo Landolfo Alves, em Mataripe, o Centro Industrial de Aratú (CIA), e o Pólo Petroquímico de Camaçari, entre as décadas de 1950 e 1990, foram construídos e se ampliaram, necessitando de mão-de-obra, trazendo necessidade de população operária, mais próxima, que acaba por encontrar na região do Cabula, uma área viável e satisfatória para residência dos novos trabalhadores da indústria (MATTA, 2013).

Em relação ao Cabula, a primeira instituição que se instalou foi o 19º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, herdeiros do 9º Batalhão de Infantaria, heróico nos tempos da independência. A segunda guerra mundial colocou o Brasil em situação de preparação para uma invasão alemã. Foi aí que no Nordeste foram implantados batalhões de caçadores. A localização dos batalhões foi escolhida pelo critério estratégico. O Cabula, por estar na maior altitude da cidade, e por ser central em relação a qualquer parte de cidade (EXÉRCITO QUEIROZ, 2020).

O batalhão do exército na região alterou a atenção dos governos e iniciou a ocupação de natureza diferenciada anterior. Seguiu-se, no início dos anos de 1950, a urbanização advinda da construção do presídio da Mata Escura, e na mesma década a construção do Conjunto Residencial Jardim Brasília, na entrada da antiga Ladeira do Cabula. Nos anos 1960, foi o momento da construção da Avenida Silveira Martins, traçada e urbanizada no leito da antiga e histórica estrada colonial para Itapuã. Nos anos de 1970 multiplicaram as instituições públicas, tais como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), o Hospital Geral Roberto Santos, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Telecomunicações da Bahia (TELEBAHIA), além de escolas, centros de saúde, centros sociais urbanos (MARTINS, 2017).

A multiplicação das instituições públicas foi acompanhada da construção de muitos conjuntos residenciais populares, que passaram a dividir espaço com os antigos arraiais. Uma parte das instituições públicas tinha perfil de trabalho operário de serviços urbanos. Isto deu mais ainda caráter operário ao perfil dos novos moradores, que em parte vinham residir ali, e trabalhar nas indústrias, do CIA, ou entorno da Rodovia BR 324, pavimentada sobre o leito da antiga Estrada das Boiadas. Talvez por influência da Rodovia próxima, os novos moradores eram em grande parte do interior do estado. Parece que, ao chegarem os novos residentes, se comportaram como forasteiros, até porque vinham residir em conjuntos residenciais com poucos serviços, e sem qualquer tradição.

Os novos moradores acabavam por participar da estrutura de abastecimento, pequenos comércios e tradições, dos antigos arraiais, agora tratados como favelas, já que eram onde havia uma estrutura e uma vida cotidiana com tradições. Desta maneira, apesar do fim gradativo, e aos poucos, da ruralidade, das chácaras e dos roçados, foram as comunidades tradicionais herdeiras do antigo Quilombo que continuaram a caracterizar e fornecer a identidade dos atuais bairros da antiga área do Quilombo Cabula. A maior parte dos novos ocupantes se adaptou a viver nos bairros com suas denominações tradicionais e passou a se identificar e se comportar de forma a dialogar com os tradicionais moradores. Pensamos que o perfil de população resistente aos padrões da ordem estabelecida, e herdeira dos quilombos acabou preservado. A exceção está talvez na recente ocupação do Shopping Bela Vista e algumas habitações verticais integradas a ele, que deram as costas aos antigos bairros, após terem desmatado uma área de antiga preservação de Mata Atlântica.

Essa realidade nos dá um quinto elemento que sugerimos para o contexto do Cabula: 5] O processo de urbanização aconteceu dando prevalência às comunidades tradicionais afro-brasileiras do antigo Quilombo. A modernidade urbaniza os bairros da região, mas não altera a hegemonia do perfil sociocultural dos ocupantes e sua herança quilombola.

Dessa maneira chegamos ao final da elaboração de um contexto histórico do antigo Quilombo Cabula, dos atuais 17 bairros que ocupam a área. Não se trata de uma proposta de verdade, que tenha a pretensão de ser aceita como objetivamente verdadeira. Trata-se ao contrário



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

de uma interpretação sistematizada e defensável do perfil que estes pesquisadores entendem para o bairro. Uma vez tendo construído este contexto, agora tenho uma proposta de entendimento possível de ser compartilhada e posta em diálogo com outros sujeitos implicados na vida destes bairros, de maneira a poder construir em conjunto com tais sujeitos.

É desta forma que preparamos a base para construirmos colaborativamente com as comunidades parceiras, uma proposta de turismo de base comunitária, dentre outras. Tudo começa com a mediação da elaboração de uma interpretação colaborativa de contexto.

### **Conclusão**

Concluimos que seja preciso compreender o conceito de Contexto Histórico, seu formato dissertativo, ou de construção analítica, que de uma narrativa historicista. Da mesma forma, precisamos atentar para a maneira de como construir um contexto, sua análise sistemática e de base científica, sobre o entendimento do investigador da questão levantada. É necessário ficar atento para o resultado, observando para que serve, para possibilitar o diálogo e novas construções, do que para apresentar verdades a serem seguidas. Observar que este pode ser útil para prover a condução de pesquisas aplicadas focadas no desenvolvimento de práticas, artefatos, conceitos e soluções societárias diversas.

Nosso contexto do Cabula, por exemplo, pode ser a base, da interpretação de procedimentos educacionais, ou de gestão de economia popular, ou de desenvolvimento de tecnologia educacional ou outra, que agora consideram as dificuldades concretas da sociedade e de seu perfil e, conseqüentemente, procurar viabilizar as soluções válidas. Este é todo procedimento básico que alimenta nossas pesquisas aplicadas relativas ao turismo de base comunitária no Cabula.

Defendemos que o passo seguinte é o de procurar interpretar o contexto construído com a parceria da comunidade implicada, para buscar entender as dificuldades a serem superadas pelas propostas de pesquisa que as impliquem. Por isto, esperamos assim ter apresentado uma parte da base metodológica de nossos avanços no projeto TBC Cabula, e inspirado seu uso.

### **Referências**

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Zahar. Rio de Janeiro, 1999.



## X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas da Poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARAB, S. A., Kling, R.; Gray, J. H. **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. Cambridge University, 2004. Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805080>

CRUZ, Mariana Gomes da. **As Tensões entre Pós-Estruturalismo e Marxismo na Obra de Norman Fairclough**. Dissertação (Mestrado) – Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-12112019-163422/pt-br.php>>. Acesso 06/07/2020.

CARVALHO, Álvaro. **Viagem Sentimental a Bahia**. 1ª ed. Florianópolis, 1997.

COSTA, Hildete Santos Pita. Terreiro Tumbenci: um patrimônio afrobrasileiro em museu digital. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento Linha De Pesquisa 3.

EXÉRCITO BRASILEIRO. O EXÉRCITO BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRAMUNDIAL. Exército Brasileiro, 2020. Disponível: < [http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=/asset\\_publisher/view\\_content&\\_101\\_assetEntryId=1556825&\\_101\\_type=content&\\_101\\_urlTitle=o-exercito-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial&inheritRedirect=true](http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_assetEntryId=1556825&_101_type=content&_101_urlTitle=o-exercito-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial&inheritRedirect=true)>. Acesso 04/07/2020.

FAGUNDES, Bruno. O Que É, Como e Por Que História Pública? algumas considerações sobre indefinições. In: VIII Congresso Internacional de História, XXII Semana de História, 2017, p. 3018 - 3026, Universidade Estadual de Maringá - PR, Disponível: < <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>>. Acesso 05/07/2020.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. São Paulo: Ática, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAVRE, Grégoire Van. **Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII**. In: **Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 39, 2019.



## X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

### “Educando para o Turismo de Base Comunitária”

openedition.org. Disponível: < <https://journals.openedition.org/confins/17410> >. Acesso 06/07/2020.

MARTINEAU, Robert. **L’Echec de l’Apprentissage de la Pensée Historique à l’École Secondaire**. Contribution à l’elaboration de fondaments didatiques pour enseigner l’Histoire. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Université Laval. Quebec

MARTINS, Luciana de Almeida. **História Pública do Quilombo do Cabula**: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. Tese (Doutorado) – Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25204> >. Acesso 06/07/2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia**. MIA, 2002. Disponível: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm> >. Acesso 03/07/2020.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011, vol. 1.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014. vol. 2.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017. vol. 3.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MASCARENHAS, SILVA, VIANA, MARTINS e SENA. Donos de Terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças. In: **IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES**, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2019

MATTA, Alfredo. **História da Bahia**. Salvador: Eduneb, 2013.

\_\_\_\_\_. Novas linguagens para a História. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, ano 175, n.º 464, tomo 1, n. 1, p. 267-289, RJ, Brasil, 2014,





## X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de metodologia de design socioconstrutivista para a produção do conhecimento. In: GURGEL, Paulo; SANTOS, Wilson. (Org.). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógicas**. Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 237-258.

MESQUITA, J. P.; MATTA, A. E. R. As Tensões do Cabulla e a Independência da Bahia: contexto para modelagem do *game* digital. In **Artefactum** (Rio de Janeiro), v. 2, p. 36, 2016.

NASCIMENTO, Íris S. Salles. **O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço de Salvador nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

PARAISO, M. Hilda B. Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno. In **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 98, (jan-dez), 2003. IGHB. Salvador, 2004.

PLOMP; NIEVEEN; NONATO; MATTA. **Pesquisa-Aplicação em Educação, uma introdução**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2018.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisca, MATTA, Alfredo e SÁ, Natália. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. In: **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.79-92, ago. 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias: **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2001. P. 153 – 155.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador: Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara". In: TEIXEIRA, Cydelmo (coord.). **A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra**. Projetos 254 Urbanísticos Integrados. Coleção projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo III.

\_\_\_\_\_. **Bahia: Caminhos, estradas, rodovias – notas para a história**. Salvador, 1998.

VYGOTSKY, L. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WIKIPEDIA. **Terreiro Bate Folha**. Wikipedia, 2019. Disponível: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro do Bate Folha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro_do_Bate_Folha) >. Acesso 04/07/2020.

WIKIPEDIA. **Ilê Axé Opô Afonjá**. Wikipedia, 2020. Disponível: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilê Axé Opô Afonjá](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilê_Axé_Opô_Afonjá) >. Acesso 04/07/2020.



## **X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES** **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

WIKIPEDIA. **Lista de obras de Karl Marx.** Wikipedia, 2020. Disponível: <  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista de obras de Karl Marx#Fase adulta \(1857 a 1880\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_obras_de_Karl_Marx#Fase_adulta_(1857_a_1880)) >.  
Acesso 04/07/2020.

WOOD, Ellen Meiksins. Em Defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.

### **Fontes Manuscritas**

Arquivos Histórico Ultramarino. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790. Lisboa.

Arquivos Histórico Ultramarino. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807. Lisboa.

Arquivos Histórico Ultramarino. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788. Lisboa.